

Sigilo tirou MDB do Conselho

A Oposição participou do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana até 1971, quando o então MDB resolveu retirar seus dois representantes — os líderes de bancada na Câmara dos Deputados e no Senado — em protesto contra a iniciativa do Governo Médici, que decidiu impor o sigilo às suas reuniões e ampliar o número de conselheiros escolhidos pelo Executivo.

A medida ocorreu depois do debate que se travou no Conselho em torno do desaparecimento do ex-Deputado Rubens Paiva. É que a Oposição aproveitava as reuniões para denunciar os casos mais graves de violações dos direitos humanos, tentando vencer a malha que a Censura impunha aos meios de comunicação.

O sigilo praticamente determinou a desativação do Conselho em 1971. A Ordem dos Advogados do Brasil reagiu na época denunciando o que qualificou de “desprezo” do Governo pelo Conselho, enquanto o MDB protestava, afirmando que as reuniões

sigilosas equiparavam o órgão ao Serviço Nacional de Informações.

O Conselho só voltou a se reunir novamente oito anos depois, convocado pelo Ministro da Justiça, Petrônio Portella, no início do Governo Figueiredo. A ABI, OAB e ABE aceitaram o convite para participar da reunião de 9 de maio de 1979 “para não se omitir diante dos propósitos de abertura anunciados pelo Ministro da Justiça”, segundo explicou o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho.

Agora, o PMDB, como o maior Partido de Oposição, decide representar-se no Conselho, exatamente dois anos após a sua reativação. Nesse período o Conselho aprovou uma resolução apresentanda pelo representante da ABI, extinguindo os atestados de ideologia, e censurou as investigações realizadas pela polícia para esclarecer o atentado contra o jurista Dalmo de Abreu Dallari, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, seqüestrado e agredido em 2 de julho de 1980.